



FAXINFORME

CLIPPING

Expresso



Data:2006-10-14

Tipo de publicação:Jornal Nacional Semanal Secção:

Cores:4 Cores

Pág:1

Como Condoleezza enganou Portugal

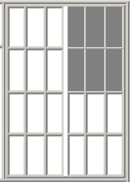
Através de um documento secreto sabe-se que o Governo perguntou à secretária de Estado dos EUA o que se passava em Portugal com os **voos da CIA**. A resposta escondeu a verdade

O Expresso teve acesso a um documento classificado no qual se relata um jantar entre Condoleezza Rice e os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e da NATO. Nesse jantar, o então MNE, Freitas do Amaral, perguntou à governante dos EUA o que se passava com os voos da CIA, por forma a poder responder aos deputados

portugueses que o iriam questionar. Condoleezza escondeu o que George W. Bush acabaria por ser obrigado a revelar: que os EUA, num programa liderado pela CIA, tinham detido e transportado prisioneiros em países estrangeiros. Face aos novos desenvolvimentos, o Expresso perguntou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros se

o assunto tinha voltado a ser abordado com os EUA. Mas o MNE diz que apenas responderá ao Parlamento.

Enquanto em Portugal ninguém sabe de nada, a subsecretária de Estado dos EUA, Colleen Gaffy, afirma ao Expresso que "não faz comentários" sobre se o seu país avisa ou avisou Portugal acerca dos voos da CIA. **PÁG. 15**



VOOS DA CIA

Portugal nada sabe... e os EUA nada dizem

Freitas do Amaral abordou Rice num jantar em Bruxelas sobre os voos da CIA. A resposta **escondeu a verdade**

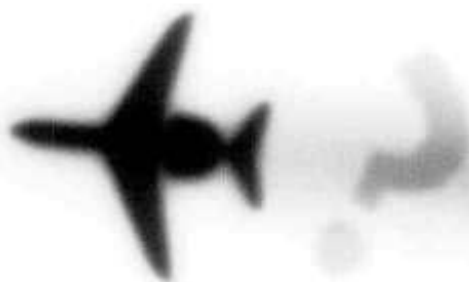
À mesa de um jantar informal em Bruxelas, a 7 de Dezembro, Freitas do Amaral pede a Condoleezza Rice argumentos para enfrentar o Parlamento sobre os eventuais voos ilegais em Portugal com prisioneiros em trânsito para países onde podem ser

sujeitos a tortura ou à morte.

Rice preparou uma resposta diplomática sem detalhe português. Freitas tomou nota das palavras dela, numa ementa. "Nunca violámos a soberania de qualquer Estado, quando necessário sempre pedimos as autorizações exigíveis. Nunca transportámos ninguém para países ou lugares onde pudesse haver perigo de tortura, morte ou tratamentos cruéis; quando apropriado, sempre exigimos as garantias necessárias aos governos dos países em causa. Quero reafirmar que a convenção contra a tortura, que também vincula os EUA, obriga

todos os cidadãos americanos, civis ou militares, dentro e fora dos EUA; quem a violar será entregue à Justiça". E Condoleezza ficou-se pela opaca diplomacia pública, sentada na informalidade do jantar belga.

O Governo português ficava na mesma. Tudo o que tinha apurado até então resumia-se a um enorme vazio, como se os dados voassem entre todas as entidades oficiais. Juntava agora uma resposta ao mais alto nível americano, que foi apresentada pelo ex-MNE numa reunião, em 13 de Dezembro, com duas comissões parlamentares. Aos deputados

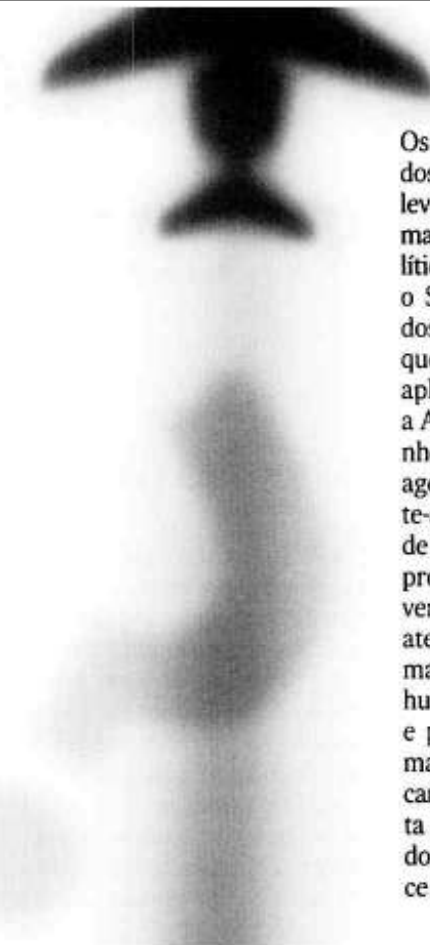




Freitas ainda disse que não tinha "razões para duvidar da veracidade das declarações das autoridades dos EUA", mas que se, a qualquer momento, surgisse um facto novo que contrariasse a sua declaração, o Governo comprometeria-se a informar o Parlamento.

Freitas tinha questionado Rice num jantar informal que, a convite do ministro belga, juntou em Bruxelas os chefes da diplomacia da União Europeia e da NATO. Os ministros europeus procuravam respostas claras face à pressão da opinião pública. Na acta desse encontro, a que o Expresso teve acesso, o ministro da Dinamarca acusava a Administração norte-americana de dizer "banalidades" quando afirmava respeitar a soberania dos outros Estados.

Mas as garantias dadas por Condoleezza Rice caíram por terra 10 meses depois. A 6 de Setembro, o Presidente George Bush admitiu que um número indeterminado de suspeitos terroristas



foi detido e interrogado fora dos EUA, num programa liderado pela CIA. Os detalhes não foram divulgados. Uma das justificações para levantar o véu sobre este programa tem que ver com a batalha política que Bush está a travar com o Supremo Tribunal de Justiça dos EUA. Este tribunal decidiu que a Convenção de Genebra se aplica na íntegra à guerra contra a Al-Qaeda, e George Bush reconhece que isso pode levar a que agentes da CIA e militares norte-americanos sejam acusados de praticar actos de tortura. "O problema é que o art. 3 da Convenção de Genebra (que proíbe atentados contra a dignidade humana e tratamento degradante e humilhante) é vago e indefinido e pode ser interpretado de formas diferentes por juizes americanos ou estrangeiros", argumenta Bush. A leitura dos voos mudou, mas em Portugal permanece o vazio de explicações.

CÂNDIDA PINTO